

Sexualidades, corporalidades e transgêneros: narrativas fora da ordem - ST 16  
Shirley Acioly Monteiro de Lima  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

### **Intersexo, identidade e correção cirúrgica**

A questão dos distúrbios de diferenciação sexual, em especial as ambigüidades genitais ou intersexo como são também conhecidas, vem sendo amplamente explorada em estudos que buscam entender mecanismos fisiológicos que possam explicar o desvio ao binarismo feminino-masculino. Por representar um grande desconforto social, um não lugar, um não ser feminino ou masculino, a condição de ambigüidade genital, determina uma busca por uma solução corretiva, representada, em alguns casos, pela correção cirúrgica. Estigmatizadas, as pessoas com ambigüidade genital perdem o poder sobre seu corpo, a possibilidade de se reconhecer pelo que são e de decidir sobre quem querem ser. Ao contrário do que se pretende com a redesignação sexual, a correção cirúrgica não é a solução para a questão da construção da identidade destas pessoas, pois, por si só, não responde às perguntas sobre qual papel ocupam e querem ocupar na sociedade, quem são e quem querem ser. Esta medida diz apenas sobre a subordinação do fato de “ser um corpo vivo ao de ter um corpo” e da submissão do corpo vivo a biotécnica.<sup>1</sup> A escolha da pessoa deveria se sobrepôr às vontades médicas e familiares e se manifestar na autoria de sua conduta de vida, orientando-se segundo exigências próprias. Mudar um corpo, dizer sim ou não às demandas sociais deveria estar em consonância com as intenções, iniciativas e pretensões da pessoa que se reconhece ou não em seu corpo vivo posto que este corpo é o meio pelo qual a existência pessoal se encarna.

### **Intersexo: entre os sexos e os gêneros**

O corpo e o sexo têm, em nossa sociedade, uma importante função de marcar indivíduos e demarcar espaços sociais. O corpo traz em si inscrições que, ao serem interpretadas, ajudam a escrever uma história pessoal. Homens e mulheres têm papéis delimitados em nossa sociedade, portanto, dentro dos espaços destinados, há uma expectativa sobre o desempenho e reprodução destes papéis. A ocorrência de variação sexual física é um fato, entretanto a forma como respondemos a essa variação é socialmente construída. O que produz as idéias sobre o gênero são construções sociais que não podem ser entendidas como consequência do sexo biológico. Entretanto, não podemos negar a forte ligação que

estabelecemos entre esta ordem social (gênero) e o corpo humano (sexo). Neste contexto social, levantar qualquer questionamento sobre “*o sexo ao qual se pertence, ou semear tal dúvida no seio da sociedade, é um dos conflitos mais radicais a que se pode expor uma pessoa*” (Gómez, 2002) pois conduz à discussões sobre sexo e gênero cujas teorias não aplacarão a angústia de uma família ao tentar responder qual é o espaço social de uma pessoa com ambigüidade genital. Diferentemente das demais formas físicas ou padrões corporais, a ambigüidade genital é entendida como uma deficiência física que estigmatiza as pessoas que nascem sob essa condição ao abrir uma ferida na sexualidade de toda uma sociedade, trazendo à tona uma longa discussão sobre sexo, gênero e papel sexual, historicamente rerepresentada na figura da pessoa com ambigüidade genital - ou intersexo, como trataremos deste ponto do texto em diante.

No campo de debate construcionista, autores têm desenvolvido estudos que retomam a discussão sobre a construção de corpos masculinos e femininos (Weeks, 1999; Costa, 1995) e os sentidos dados aos corpos e às práticas sexuais (Moore, 1997) ao longo do tempo pois entendem a sexualidade como “atividade social que se pode explicar do ponto de vista das humanidades”<sup>ii</sup> (Paiva, 2006). A partir desta compreensão, proponho o estudo do intersexo e a formação da identidade apoiada em alguns autores que apresentarei neste trabalho.

Weeks (1990) ao apresentar as várias ênfases que podem ser dadas à identidade sexual, entre elas a noção de identidade como destino, nos possibilita discutir o desafio inaugural na existência da pessoa intersexo. Se a identidade natural (Habermas, 1974) é dada pela determinação biológica, o ser não claramente definido como homem ou mulher, e sim uma pessoa com diagnóstico de ambigüidade genital, gera a primeira angústia social com relação à identidade. Conforme discutido anteriormente, existe uma expectativa de papéis sociais a serem cumpridos e a possibilidade de não se classificar uma pessoa dentro dos papéis masculino ou feminino gera uma grande angústia e não aceitação pois rompe com um dos modelos sociais mais arraigados em nossa cultura: a regra dos dois sexos. Como deverá se apresentar socialmente uma pessoa com diagnóstico de ambigüidade genital? Com que nome registrar a criança? Que lugar deverá ser ocupado na família: o de filho ou filha? Estas perguntas evidenciam alguns dos primeiros desafios com os quais deparam-se as famílias que devem socializar uma pessoa cuja existência força a criação de um novo espaço social, mesmo que transitoriamente, entre o feminino e o masculino. O termo *transitoriamente* é utilizado pois a ocorrência de casos de intersexo provocou na sociedade e no meio médico a necessidade de se buscar medidas corretivas para um corpo visto como deformado.

As relações sociais são fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos<sup>iii</sup> mas, no caso do intersexo, esta fundamentação deve ser repensada. Devemos resgatar a discussão sobre os significados atribuídos ao sexo posto que está calcada em “uma realidade material – i.e, o sexo – que precisa ser levada em conta quando se discute os significados que as culturas dão aos corpos e às práticas corporificadas – i.e, o gênero”<sup>iv</sup>. A noção de “arbitrariedade cultural” é fundamental para nosso estudo pois “aponta para o fato da vida social, e os vetores que a organizam – como, por exemplo, tempo, espaço ou diferença entre os sexos – são produzidos e sancionados socialmente através de um sistema de representações” (Heilborn, 1994, p.1). Representações que foram marcadas pela revolução epistemológica e sociopolítica ocorrida no século XVIII e que, ao estabelecer o sistema de dois sexos, teve forte impacto no discurso biomédico da cultura ocidental<sup>v</sup>.

No contexto de práticas sociais e relações de poder, a pessoa intersexo é tida como um desviante as normas da sexualidade, do “deve ser” definido pelo discurso biomédico e, por isso, vulnerável à estigmatização pois foge à definição de normalidade, ou seja, “de uma plena correspondência entre o corpo e a identidade de gênero socialmente aceitável” (Weeks, 1990). Entretanto, se nos apoiarmos nas teorias construcionistas podemos lançar sobre essas pessoas um novo olhar: o olhar do “pode ser”, que no campo dos Direitos Humanos negociaria a idéia de cidadania em uma democracia secular compartilhada por pessoas de orientações diferentes. O olhar que garantiria às pessoas intersexo o direito de “tomar suas próprias decisões em assuntos que afetam seus corpos e sua saúde” (Petchesky, 1999, p.29), decidir se desejam realizar alguma intervenção cirúrgica e pensar criticamente sobre o espaço social que desejam ocupar. No campo do “pode ser”, abriria-se a negociação para projetos de vida que vão além da normatividade vigente. A pessoa assumiria o papel de porta-voz de sua história, exerceria autonomia sobre seu próprio corpo e o significado deste em sua história.

### **A história de um corpo**

Analisando o intersexo à luz da identidade como destino (Weeks, 1990), a busca de medidas corretivas seria a confirmação da crença em um destino sexual pré definido cuja verdadeira morfologia estaria encoberta pela deformidade do corpo. Entretanto, o que se vê na prática social é que, diferentemente do que acreditariam os partidários da noção de biologia como destino, a solução cirúrgica, adotada em muitos casos de intersexo, não resolve ou aplaca a angústia da pessoa com diagnóstico de ambigüidade genital posto que “a construção da identidade sexual ocorre no campo das relações sociais e no tempo” (Ferrari, 2002, p.469). A cirurgia de redesignação sexual pode ser o início de um processo, na medida em que atribui

um sexo claramente definido, mas “não há nenhuma forma de garantir a priori que uma decisão tomada com relação à definição do sexo da criança será a mais adequada, sem incluir variáveis que, só ao longo do tempo, confirmarão a posição sexual da criança, permitindo que ela se viabilize satisfatoriamente”. (Ferrari, 2002 p.470) Independente da decisão tomada pelos pais e médicos, sobre uma intervenção cirúrgica, a pessoa intersexo em algum momento de sua vida irá se posicionar sobre sua sexualidade e identidade e, nem sempre, a opção pessoal é consonante com a designação já realizada ou a ser realizada cirúrgicamente.<sup>vi</sup>

O acompanhamento de alguns casos de crianças (não neonatos) e adolescentes intersexo realizado pelo Instituto da Criança HCFMUSP<sup>vii</sup> e GIEDDS<sup>viii</sup>, ilustram a dificuldade envolvida no processo de tomada de decisão sobre o sexo e o papel social (gênero) a ser ocupado. Amparados por equipes multidisciplinares (que envolvem médicos, geneticistas, psicólogos e assistente social) as pessoas intersexo e suas famílias vivenciam momentos de angústia relacionados à opção sexual<sup>ix</sup>. Apesar de obedecer a roteiros de diagnóstico e definição do sexo de criação<sup>x</sup>, o acompanhamento médico e psicológico de uma pessoa intersexo pode ajudar a encontrar respostas mais adequadas a cada caso individual, podendo a equipe médica, em alguns casos de diagnóstico ou tratamento tardio, considerar o sexo de criação para a correção cirúrgica, mesmo que “isso não constitua a melhor opção do ponto de vista técnico”<sup>xi</sup> ou simplesmente fornecer laudo profissional nos casos em que a pessoa opta por mudança de nome e registro civil apesar da impossibilidade de construção de genitália compatível com o sexo escolhido<sup>xii</sup>.

Acerca da instrumentalização e da questão corporal, Habermas (2004) argumenta que

*“Mesmo nos casos de conflito, os participantes devem prosseguir na atitude da ação comunicativa. Devem adotar a perspectiva do participante em primeira pessoa e considerar o outro como segunda pessoa, com o objetivo de entender-se com ele em vez de tratá-lo como objeto a partir da perspectiva de observação de uma terceira pessoa e instrumentalizá-lo para seus próprios objetivos”. (...) “O “si mesmo” do objetivo em si, que devemos considerar na outra pessoa, manifesta-se especialmente na autoria de uma conduta de vida, que se orienta segundo exigências próprias” pois “cada um interpreta o mundo a partir de sua própria perspectiva, age conforme seus próprios motivos, esboça os próprios projetos, persegue os próprios interesses e intenções e é a fonte de pretensões autênticas”(p.77).*

Para levarmos adiante uma discussão sobre intersexo e identidade, devemos considerar que “para poder ser si mesma, também é necessário que a pessoa se sinta em casa no próprio corpo vivo” (Habermas, 2004 p.80) e, por isso, a história de seu corpo (cirurgicamente

redesignado ou não) será ponto crucial na definição de uma história que será escrita ao longo de uma vida.

### **Definição de uma identidade coletiva**

Nem todas as intervenções em pacientes intersexo acontecem conforme os exemplos citados nos estudos do Instituto da Criança e do GIEDDS. Há muitos relatos de intervenção cirúrgica precoce, em pacientes recém-nascidos e, em busca de manifestar oposição à prática da designação sexual não consentida, pessoas intersexo organizaram-se, nos Estados Unidos, sob uma entidade conhecida como *Intersex of North America (ISNA)*. Relatos apresentados no livro “Intersex and Identity” (Preves, 2003), chamam à atenção para uma frustração pela decisão heterônoma, na qual pesaram os interesses da sociedade sobre a morfologia do corpo (sexo) e a expectativa de uma prática social (gênero).

No exemplo de mobilização do ISNA, há uma clara intenção em lutar por direitos políticos e sociais das pessoas intersexo e as pessoas que, futuramente, poderão nascer sob esta condição. Podemos discutir a identidade pós convencional, (Habermas,1974)<sup>xiii</sup> e a teoria de construção de identidades coletivas (Castells,1999), posto que o ISNA atua como “trincheiras de resistência e sobrevivência” (p.24), gerada “por atores sociais que estão em posições desvalorizadas ou discriminadas” e dispostos a “redefinir sua posição na sociedade”(p.II). Ao se organizar, as pessoas com diagnóstico de intersexo buscam ultrapassar o estigma de uma carga biológica interpretada como problemática e estabelecer uma relação com o meio social que lhes seja mais favorável. Buscam definir um novo espaço social e conquistar autonomia sobre suas vidas. Querem sair do confinamento imposto pela vergonha e isolamento ao qual são submetidas e poder decidir quem são: homens ou mulheres. Lançam para a sociedade a grande pergunta: A quem pertence o corpo? Questionam a regulação social que apóia uma intervenção cirúrgica precoce em casos em que a saúde não está em risco.

Neste contexto, situo a importância do estudo do intersexo pois permitirá a compreensão do processo de reconstrução do eu de indivíduos que se confrontaram com situações que implicam na revisão de sua individualidade, identidade social e consciência de si mesmo.

Para responder às questões de pesquisa utilizarei como metodologia o estudo de narrativas de histórias de vida para investigar como, no decorrer de suas vidas, pessoas com ambigüidade genital que mudaram o sentido de sua designação sexual – tendo sido submetidos ou não à cirurgia - construíram sua identidade, assim como, se esse processo

possibilitou/ possibilita uma metamorfose com sentido emancipatório<sup>xiv</sup>; e ainda, se essas pessoas podem expressar uma identidade pós-convencional.

### **Referência Bibliográfica (ABNT)**

CASTELLS, M. Coleção: “A era da informação”, vol 2 , “**O poder da identidade**”, Ed. Paz e Terra, p.17-28, 1999.

CIAMPA, A. da C. **A Estória do Severino e a História da Severina: Um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, J.F. “A construção cultural da diferença dos sexos”. In: **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, ano 2, n. 3, junho 1995, p. 1,4,6-8.

FERRARI, V.P.M. “Anomalias de Diferenciação Sexual – aspectos psicológicos”. In: **Endocrinologia pediátrica: Aspectos físicos e metabólicos do recém-nascido ao adolescente**. Coord. Nuvarte Setian – 2ª ed. São Paulo: Sarvier, 2002.

GÓMEZ, Z.P. “Corpo, pessoa e ordem social”. In: **Corpo & Cultura**, Projeto História n. 25. São Paulo, Educ, p.81-95, 2002

GUERRA, G., MACIEL-GUERRA, A . T, **Menino ou Menina? Os distúrbios da diferenciação do sexo**. São Paulo, Editora Manole Ltda., 2002

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo, Brasiliense, p 49-107, 1983.

\_\_\_\_\_ **O futuro da natureza humana**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

HEILBORN, M. L. “De que gênero estamos falando?” In: **Sexualidade, gênero e sociedade**, ano 1, nº 2, dezembro 1994.

LAQUEUR, T. W. “Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud”, trad Vera Whately, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001

MOORE, H. “Compreendendo Sexo e Gênero”. Tradução de Júlio Assis Simões para uso didático. Do original “Understanding Sex and gender”. In Tim Ingold (ed). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London: Routledge, 1997

PAIVA, V. “Analysing sexual experiences through 'scenes': a framework for the evaluation of sexuality education”. **Sex education**, Londres, v. 5, n. 4, p. 345-359, 2005.

PETCHESKY, R. “Direitos sexuais: um novo conceito na prática internacional”. In: Barbosa; Parker, R. **Sexualidades pelo avesso - direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro, Relumê-Dumará, p15-38, 1999

PREVES, SHARON E. **Intersex and Identity, the contested Self**, Rutgers University Press, 2003.

SCOTT, J “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira e Loura Guacira Lopes. **Educação e Realidade**. Numero Especial Mulher e Educação. Porto Alegre, vol. 15, n. 2. Jul/Dez 1990. p 5-22, 1990

WEEKS, J. “O Corpo e a sexualidade” In: Guacira Lopes Louro (org.) **O Corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

---

<sup>i</sup> Habermas, 2004

<sup>ii</sup> Anotações de aula dia 14/03/2006 da disciplina Gêneros e Sexualidades em contextos psicossociais diversos ministrada pela Profa Vera Paiva. (PST 5802) no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo.

<sup>iii</sup> Scott, 1990:14

<sup>iv</sup> Errington, 1990: 27-8 apud Moore, 1990: 6

<sup>v</sup> Laqueur, 2001

<sup>vi</sup> Guerra, 2002:198,199

<sup>vii</sup> Baseado nos casos relatados no trabalho "Do sexo da ciência ao sexo do sujeito: uma questão preliminar ao tratamento de crianças com anomalias de diferenciação sexual" de Vera Ferrari Rego Barros apresentado ao Curso de Psicanálise e Saúde Mental, Novembro 2004

<sup>viii</sup> Grupo interdisciplinar de estudos da determinação e diferenciação do sexo do HC-Unicamp

<sup>ix</sup> Guerra, 2002:188,189 e 190

<sup>x</sup> Guerra, 2002:203,204 e 205

<sup>xi</sup> Guerra, 2002:223

<sup>xii</sup> Guerra, 2002:199

<sup>xiii</sup> no sentido de definir os valores e os princípios morais que têm validade e aplicação independentemente da autoridade dos grupos ou das pessoas que os sustentam e do fato de que o indivíduo se identifique ou não com tais grupos. (Habermas, 1974).

<sup>xiv</sup> ou seja, que apesar de todas as possíveis forças contrárias, a pessoa segue a possibilidade de progressiva humanização, construindo-se através das relações sociais. (Ciampa, 1987).